

Entrelinhas

Direitos humanos e cidadania

Entrevista com Tullo Vigevani



Direitos humanos em maus lençóis

O cientista político Tullo Vigevani mostra que, apesar de algumas boas intenções do governo e de iniciativas diversas da sociedade, os direitos humanos estão numa situação delicada no país

Já se vai tempo desde que Tullo Vigevani começou a tratar da questão dos direitos humanos no Brasil. Professor de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília e Livre docente pela USP, ele enxerga na violência que permeia a sociedade elementos de profunda injustiça social. "Isso acaba inviabilizando, de fato, uma política global de direitos humanos". Vigevani, que também é pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e membro do Núcleo de Direitos Humanos de Marília (Nudhuc), avalia as recentes comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil como um razoável "fracasso". Para ele, os protestos protagonizados por índios, sem-terra e outros segmentos espelham contradições profundas. "Depois de praticamente seis anos de governo Fernando Henrique Cardoso, temos um país em crise, cujas questões fundamentais não foram resolvidas". Nesta entrevista à revista **Em tempo**, Vigevani fala sobre direitos humanos, movimentos de tipo "fascista", Mercosul e eleições:

Em tempo: Como o senhor viu as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil?

Tullo Vigevani: As comemorações que o governo brasileiro preparou, sobretudo o Ministério do Turismo, foram muito oficiais, a partir de aspectos formais e institucionais, inclusive a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Poderiam ter um significado, como tiveram para a Espanha as comemorações dos 500 anos de descoberta da América em 1992, se elas representassem a coroação de algum objetivo político maior. O azar do governo FHC foi que essas comemorações acabaram se dando em abril de 2000, num momento em que se coagulam na sociedade brasileira profundas contradições, que acabaram evidenciadas através dos índios, do movimento dos sem-terra etc. Foram sinais de protesto bastante profundos na sociedade brasileira. Claro que o número de pessoas que estavam lá era pequeno, mas é inegável que os protes-



Vigevani: Brasil é o segundo em nível de violência na América Latina

tos tiveram uma expressiva repercussão nacional e internacional, e que não foram previstos pelo governo. As comemorações dos 500 anos, em resumo, como a própria imprensa já disse, foram um fracasso porque, ao invés de poderem demonstrar o êxito de um projeto governamental a que se propunha o governo FHC no 1º e 2º mandatos (adequar o Brasil à modernidade, ao século 21, aos novos tempos, à globalização), evidenciaram que, depois de praticamente seis anos de governo, temos um país em crise, cujas questões fundamentais não foram resolvidas. O Brasil encontra-se, hoje, por responsabilidade em geral de suas elites, não apenas do governo, sem um projeto nacional. Não temos a capacidade de mobilização dos cidadãos, das pessoas, das classes para determinados objetivos. Neste sentido, podemos dizer que há uma grande desmobilização de vontade política no Brasil.

Em tempo: Como o senhor analisa a problemática dos direitos humanos nos anos seguintes à ditadura militar?

Vigevani: Podemos dizer, de forma contraditória, que tivemos um grande avanço nos direitos humanos desde o fim da ditadura até hoje. Estes avanços se expressam em duas direções. Primeira, nos aspectos constitucionais legais. É claro que a legislação de direitos humanos no Brasil melhorou significativamente nestes 15 anos. Mas, além da melhora formal, constitucional e legal no tratamento dos direitos humanos, poderíamos dizer que houve uma melhora na atitude dos governos com relação a este tema. Eu não teria restrições em dizer que no governo FHC, na área de direitos humanos, estiveram presentes figuras históricas e profundamente vinculadas ao tema e à sua defesa, que foram o anterior secretário e atual ministro da Justiça, José Gregory, o ministro José Carlos Dias, portanto, uma série de personalidades inclusive nos governos estaduais que estavam profunda e solidamente vinculadas ao tema. Neste sentido, eu poderia dar um testemunho pessoal: encontrei estes dois ministros nos períodos piores da ditadura militar, em situações extremamente constrangedoras. O ministro José Carlos Dias, em agosto de 70, no auge da violência, justamente pelo seu apoio como advogado aos direitos humanos, sendo interrogado por agentes da OBAN (Operação Bandeirantes), o braço armado da repressão semi-legal. Ambos eram membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP. Portanto, não são principiantes do tema. Porém, o problema dos direitos humanos é maior do que as vontades, os interesses, as percepções e até as atitudes dos governantes. Poderíamos dizer que a sociedade brasileira traz em seu seio uma violência que tem

em sua base elementos de profunda injustiça social, o que acaba inviabilizando, de fato, uma política global de direitos humanos. Consequentemente, a situação dos direitos humanos está em maus lençóis, apesar das boas intenções de setores do governo federal e de setores dos governos estaduais, como o de S.Paulo. Os órgãos que deveriam estar diretamente relacionados com o tema dos direitos humanos têm graves problemas, como as Secretarias de Segurança,

“ O problema dos direitos humanos é maior do que as vontades, os interesses, as percepções e até as atitudes dos governantes.”



as Forças Armadas, o MP, a Justiça, as Polícias Militar e Civil etc. O Brasil já está colocado em segundo lugar no nível de violência entre os países da América Latina. A campeã é a Colômbia; o terceiro colocado é o México. São níveis de violência que escapam totalmente ao controle estatal, frente aos quais o Estado praticamente abdica de sua capacidade de intervenção. Os cidadãos tendem a se defender mais ou menos como podem.

Em tempo: Os altos índices de criminalidade infantil trouxeram à tona a questão da imputabilidade penal de crianças e adolescentes. Alguns propõem a antecipa-

ção da maioria penal, atualmente estabelecida em 18 anos. Qual é a sua opinião a esse respeito?

Vigevani: Não sou jurista, nem especialista no tema. Confesso que não tenho uma opinião definitiva sobre o assunto. Talvez, por uma atitude ideológica e não científica, opino que não seria bom este rebaixamento, que provavelmente não resolveria nada e, ao contrário, inviabilizaria a possibilidade de reeducação de jovens, sobretudo nessa faixa de 16 a 18 anos. Não podemos desconhecer o fato de que, efetivamente, há muitos menores que participam da criminalidade e que são utilizados por quadrilhas organizadas justamente para usufruírem do lucro da impunibilidade nesta faixa etária. O problema é equacionar como não estimular o crime nesta idade e, ao mesmo tempo, possibilitar políticas educativas. Seria preciso definir formas de inviabilizar ou aumentar as penas para os exploradores dos menores que têm atividade criminosa e, ao mesmo tempo, políticas mais efetivas de reeducação.

Em tempo: Há alguma relação nesta pressão da opinião pública pelo endurecimento das leis com aquela preferência que alguns segmentos têm pela ditadura em relação à democracia?

Vigevani: Não há pesquisa nem estatística neste campo mas, certamente, há uma relação, porque a idéia de uma ação mais repressiva está ligada com a imagem de um governo mais forte. Talvez não haja um vínculo formal, ideológico, mas há uma percepção, uma concepção de um governo mais forte, portanto, mais autoritário.

Em tempo: Um governo mais forte teria condições de resolver os problemas brasileiros atuais, ou seja, qual seria a viabilidade de uma ditadura hoje?

Vigevani: O problema sociopolítico principal atualmente não é a questão de um governo autoritário, mas o que eu chamo de risco de anomia, ou seja, diante da incapacidade das instituições, as pessoas tentam resolver os problemas por seus próprios meios. Portanto, não estão excluídas possibilidades, como estamos vendo em outros países da América Latina, de governos formalmente eleitos, mas que passam a agir de forma bastante discricionária, embora dentro das regras constitucionais.

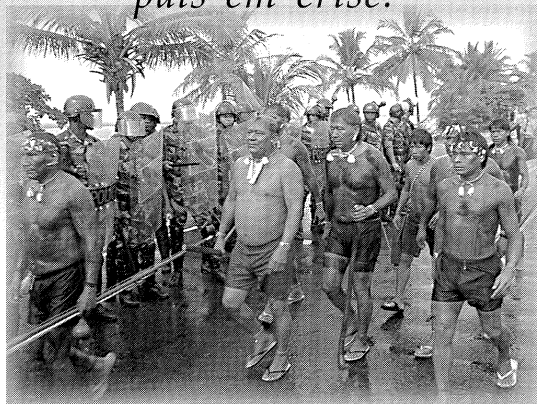
A possibilidade de um governo forte resolver os problemas não existe. Se olharmos as estatísticas de criminalidade no Brasil, veremos que elas foram crescendo nos últimos anos, por várias razões, mas não razões ligadas diretamente ao uso mais forte ou menos forte da polícia. Estão ligadas ao plano de crise da sociedade, de dissociabilidade social, como o demonstra recente pesquisa do IPEA, com os fenômenos da globalização que favorecem alguns aspectos da economia e alguns extratos da sociedade, prejudicando outros.

Em tempo: Como o senhor analisa a influência do fenômeno da globalização sobre a estruturação e a atuação do Estado? O Estado está em processo de extinção? Quanto à questão específica da soberania nacional, ela pode ser mantida mesmo dentro de um bloco econômico como a União Européia?

Vigevani: Este é um fenômeno complicado. Há muitos livros e artigos publicados sobre isto. A globalização, de fato, debilita certas funções do Estado mas, inversamente, fortalece outras. Não temos nenhum elemento significativo que sugira que o Estado poderia estar em processo de extinção. Podemos pensar num cenário de 100, 200 anos, mas em tempos históricos imediatos ou mediatos isto está fora de cogitação. Não há dúvidas

de que o que o senso comum chama de globalização está mudando algumas das funções do Estado. Às vezes, uma mercadoria é montada com partes providas de vários lugares diferentes. Mas o Estado necessita existir porque tem que prover o bem comum e o bem de todos. Esta função nenhum processo de globalização pode extinguir. Suponhamos que a crise do Estado se aprofunde e que haja uma dissolução do Estado em alguns países. Voltará a surgir a necessidade

"As comemorações dos 500 anos evidenciaram que, depois de praticamente seis anos de governo, temos um país em crise."



Reprodução: Site "Brasil outros 500"

do Estado, porque os atores individuais, as empresas e os indivíduos, não têm a capacidade de pensar no bem comum. A necessidade do Estado está vinculada à economia, à cultura, à ciência, à tecnologia, ao desenvolvimento, ao bem estar, mas é basicamente essencial pelo papel de legitimação da vontade geral. Esta função é insubstituível. Tanto Marx quanto Weber definem esta função do Estado, não há razões para pensar que esteja definitivamente alterada.

Em tempo: A União Européia (UE) representa um paradigma, um modelo para o Mercosul?

Vigevani: Até agora não tem sido.

Mas a UE consolidou muitas experiências que poderiam ser importantes. O modelo do Mercosul é muito diferente da UE, basicamente por uma razão. Quando a Comunidade Econômica Européia foi criada pelo tratado de Roma, em 1957, apoiava-se em Estados de tipo diferente dos que compõem o Mercosul. Eram Estados de países capitalistas desenvolvidos. Desde o início, a UE teve capacidade de implementar políticas de desenvolvimento e equalização econômica, coisas que o Mercosul não tem e, por enquanto, não está se propondo a ter. Em primeiro lugar por razões de concepção do processo de integração e, em segundo lugar, porque são Estados pobres e que não têm a capacidade econômica de dedicar recursos para este tipo de política.

Em tempo: Quais as consequências do Mercosul para os Estados envolvidos?

Vigevani: Apesar de não termos nem certeza de sua continuação pela profundidade da crise das relações entre os países, podemos dizer que o Mercosul já produziu uma integração muito grande. Um exemplo conjuntural: a crise econômica de janeiro de 99, com a desvalorização do Real, teve um impacto na economia argentina maior que em nosso país, pelo nível de dependência da Argentina em relação ao Brasil. A matriz energética brasileira dos anos 70, sob Geisel, era totalmente vinculada à importação de petróleo dos países árabes, sobretudo Arábia Saudita e Iraque. Hoje, a matriz energética brasileira está profundamente integrada aos outros países da América Latina, através de importação de petróleo da Argentina e da Venezuela, de gás da Bolívia e da Argentina e pela interconexão da rede de energia elétrica com os países vizinhos. Estes vínculos entre os países são muito fortes e será difícil fazê-los retroagir.

Em tempo: Esta interligação poderá afetar o processo político a que o Mercosul se propõe quanto à questão da democracia?

Vigevani: Há um acordo tácito entre os governos dos quatro países de que se um deles romper com o regime democrático, seria suspenso do Mercosul. É claro que esta cláusula deve ser entendida de acordo com as diferenças, assimetrias que existem entre os países do Mercosul. Ela já teve uma aplicação informal em três crises militares que houve no Paraguai. Nestas crises, os governos da Argentina e do Brasil intervieram pesadamente para assegurar alguma forma de continuidade democrática e não ruptura da formalidade constitucional. Mas é claro que Argentina e Brasil pesam mais que o Paraguai. Se uma crise desse tipo acontecer no Brasil, será que Paraguai e Uruguai vão intervir da mesma forma? É claro que não, porque as relações políticas e de poder são completamente diferentes. Brasil e Argentina poderiam suspender a participação do Paraguai no processo de integração do Mercosul, mas de nada adiantaria Paraguai e Uruguai suspenderem a participação do Brasil no Mercosul, que deixaria de existir. O Brasil representa mais de 70% da economia do Mercosul sozinho. O que podemos dizer é que o Mercosul só pode se sustentar à medida em que permaneça o regime democrático nestes países.

Em tempo: Como o senhor avalia o ressurgimento de grupos movidos por ideais de tipo fascista havidos na Europa atualmente?

Vigevani: Pessoalmente, não acredito numa reprodução do nazismo, fascismo, pois são fenômenos que fazem referência a um determinado período da história do mundo e dos lugares onde estas ideologias se desenvolveram. Não acredito que a história se repita com a suástica, o anti-semitismo, o anti-bolchevismo, a bandeira do nazis-

mo. Porém, isto não tolhe em nada a gravidade e a importância destes fenômenos que ocorrem na Europa, porque a causa que deu origem a eles permanece. A xenofobia não é um problema só da Europa. Na África, encontramos populações inteiras exterminando umas às outras em nome da própria etnia, do próprio grupo tribal. Estas manifestações estão ligadas à história dos costumes, das culturas, dos valores da civilização, além da herança colonial. Isto é muito

"O Mercosul só pode se sustentar à medida em que permaneça o regime democrático nestes países."



agravado na Europa pelo fenômeno da imigração, da pobreza do terceiro mundo, que empurra contingentes cada vez maiores de populações para o velho continente. Há um artigo interessante de Gelson Fonseca, atual embaixador do Brasil nas Nações Unidas, e de Celso Lafer, professor de Direito na USP, onde descrevem essa imagem que o terceiro mundo tem nos países capitalistas desenvolvidos. Mesmo se tiver um certo nível intelectual, um brasileiro que vá à Europa ou aos Estados Unidos, poderá ser questionado por que aqui se matam crianças, índios, queimamos florestas. Nós somos os exportadores de drogas, de traves-

tis e prostitutas, portadores de AIDS etc. Mediante tudo isto, os riscos de xenofobia e racismo nos países europeus são reais, fortes, mas isso não é exatamente nazismo.

Em tempo: Levando-se em consideração que estamos em ano eleitoral, o senhor poderia fazer alguns comentários a respeito do quadro deste ano? Há algo novo? Algum candidato ... Algum modelo de recuperação econômica?

Vigevani: Não vejo. Ainda que algumas prefeituras sejam muito importantes, com peso no cenário político nacional, as políticas que estão sendo propostas já foram defendidas nas campanhas presidenciais e para governos estaduais. Não há novidade, mas também isto não é um defeito. É natural que entrem em choque as diversas concepções que estão presentes na sociedade brasileira. Não vejo esta campanha em si como uma modificação substantiva no quadro político nacional. Certamente que os resultados terão influência. Por exemplo, se ganha majoritariamente um ou mais partidos que apoiam o presidente FHC, isso terá importância no equacionamento e desenvolvimento da campanha presidencial

que será deslançada no início de 2001. Os resultados não são neutros. Dependendo de quem vencer as eleições, poderá se fortalecer uma perspectiva mais conservadora ou reformista para o Brasil. Possivelmente, o problema central na política brasileira nos próximos anos não será apenas o confronto entre direita e esquerda (se bem que este também existirá) mas sim a anomia, ou seja, o desinteresse pela política e a busca das saídas por fora das instituições. A desconfiança em relação ao Estado poderá crescer fortemente nos próximos anos, levando a fenômenos de desintegração e perda de controle estatal sobre setores da população.